

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA VIOLÊNCIA EM AMBIENTE ESCOLAR: ANÁLISE E REFLEXÃO NECESSÁRIAS.

Raiane Jordan da Silva Araújo<sup>1</sup>  
Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral<sup>2</sup>  
Alba Regina Cartaxo Sampaio Thomé<sup>3</sup>  
Paula Cristina de Oliveira Vilela Canuto<sup>4</sup>

### RESUMO

Atualmente a violência é um problema vivenciado em todos os contextos sociais inclusive em espaços educacionais, refletindo em conflitos e desajustes com posturas inadequadas entre sujeitos no próprio processo de aprendizado e de construção da cidadania. Nesta perspectiva, este estudo teve como objetivo analisar os dados epidemiológicos acerca das violências física, psicomoral e sexual em escolas brasileiras. Trata-se de pesquisa descritiva de corte transversal com abordagem quantitativa baseada em dados documentais secundários oriundos do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde. A frequência dos atos violentos foi analisada e discutida sob os seguintes aspectos: tipo, ano, sexo, faixa etária, escolaridade e região. Houve 21.600 casos de notificação, com destaque para violência física que correspondeu a 62% deste total. Nestes aspectos analisados os três tipos de violência (psicomoral, física e sexual) se apresentaram de maneira semelhante: trajetória ascendente, maior índice na região sudeste, maior ocorrência em vítimas do sexo feminino, entre crianças e adolescentes, raça branca e escolaridade de Ensino Fundamental. O presente estudo constatou que a violência existe de forma crescente no contexto escolar, sendo importante olhar criticamente para os dados epidemiológicos e pensar na construção de políticas públicas que permitam a prevenção e intervenção deste fenômeno.

**Palavras-chave:** Educação, Violência, Relações Interpessoais.

### INTRODUÇÃO

Embora a educação seja considerada como um mecanismo de proteção contra a violência, muitos estudantes percebem a escola como um lugar perigoso (UNICEF, 2019). Esta consideração é proveniente da insegurança percebida não somente dentro da escola como também no trajeto casa-escola que decorre, também, de brigas com agressão física, arma branca, arma de fogo e relacionando-se inclusive com agressões familiares (MALTA, 2010).

Destaca-se que existem relações violentas entre os sujeitos no processo educativo que são apresentadas de forma heterogênea, como situações problemáticas de enfrentamento, afetando a rotina escolar, interferindo no processo de trabalho do professor, comprometendo a

<sup>1</sup> Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [raianejsa@hotmail.com](mailto:raianejsa@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestra em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [nainacalheiros@gmail.com](mailto:nainacalheiros@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL [regina.cartaxo@outlook.com](mailto:regina.cartaxo@outlook.com);

<sup>4</sup> Especialista Gestão Pública Saúde Universidade Federal de Alagoas – UFAL, [brazil.paulavilela@gmail.com](mailto:brazil.paulavilela@gmail.com)

aprendizagem e podendo resultar em danos para saúde física e mental de todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com o ato violento (GIORDANI; SEFFNER; DELL'AGLIO, 2017).

Violência escolar pode ser denominada como um conjunto de ações violentas praticadas no seio da comunidade escolar envolvendo agressividade, conflitos, comportamentos contrários a socialização, danos, criminalização, marginalizações e discriminações (PRIOTTO e BONETI, 2009).

Para Silva e Assis (2018, p.3): “a ocorrência de violência nas escolas se apresenta disseminadas em diferentes países e com diferentes níveis de gravidade, chamando atenção de profissionais da educação e pesquisadores de diferentes áreas”.

Diante da magnitude e da gravidade que a ocorrência constante de atos violentos vem produzindo e sendo esta considerada de impacto social relevante, ela se torna problema de saúde pública que adentra nos espaços de educação (BRASI, 2014; MALTA et al., 2010).

Assim, Novaes e Lima (2016) assinalam acerca da violência no contexto escolar e como este espaço possui a capacidade de propagar saberes distintos e, por vezes, contraditórios:

“O estudo da violência praticada e sofrida no âmbito escolar pressupõe a compreensão de que a escola é um microcosmo da sociedade, e que, apesar de ter como função social a veiculação e a cognição dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, que prima pela formação de sujeitos capazes de agir em prol do desenvolvimento da civilização humana, é também reprodutora de padrões sociais hegemônicos, muitos dos quais se opõem diametralmente aos conteúdos, princípios e valores ensinados” (NOVAES e LIMA, 2016. p.3)

Ainda para Silva e Assis (2018, p. 9): “É possível perceber que a violência escolar é automaticamente caracterizada como interpessoal e entre alunos, desconsiderando outras perspectivas da violência, como por exemplo, a violência da escola e contra a escola”.

Em um estudo recente realizado uma capital do nordeste brasileiro por Beserra et al (2019) constatou que uma grande maioria dos estudantes de escolas públicas dessa região que participaram da pesquisa já foram vítimas de algum tipo de violência no próprio ambiente escolar.

E neste cenário, conforme dados disponíveis pela Organização das Nações Unidas – ONU (2019), atualmente o Brasil tem ocupado a segunda posição mundial entre os países mais violentos, com destaque para uma série de fatores que pioram essa situação entre estes a

Impunidade pelo poder judiciário, o atraso nos julgamentos dos casos e, ainda, as superlotações nos espaços destinados a privação da liberdade.

Assim, a presença da violência na sociedade é historicamente antiga; produz impacto em todas as nações e vem se tornando mais evidente no decorrer dos anos, assumindo um conceito complexo que abrange aspectos históricos, sociais, culturais (SOUZA e CASSAB, 2010), (DAHLBERG e KRUNG, 2007) e inclusive políticos.

Para a Organização Mundial de Saúde – OMS, a violência é a ocorrência de uma ação ou ameaça, que por meio da força física ou do poder resulta em danos contra alguém ou até mesmo contra si. Sendo assim, a violência pode ser classificada, quanto a sua natureza, em física, sexual, psicológica e privação ou abandono (DAHLBERG; KRUNG, 2007).

A Lei 11.340 de 2006, traz definições da violência sexual, psicológica e moral, sendo, respectivamente, conduta que interfere no direito sexual; ação ou omissão que resulta em dano emocional; conduta que configura mentiras sobre outras pessoas (BRASIL,2006).

Nesta perspectiva, a violência psicológica também é considerada “um fenômeno universal que não tem limites culturais, sociais, ideológicos ou geográficos e ainda está envolto por um pacto de silêncio, principal responsável pelo ainda tímido diagnóstico e pelo reduzido número de notificações” (ABRANCHES e ASSIS,2011, p.851).

Este silêncio pode ocorrer pelo fato deste ato não exibir uma lesão aparente, tornando mais difícil a percepção do sofrimento pelas demais pessoas que se encontram ao redor da vítima ou até mesmo o medo sentido pela pessoa de expressar a violência, visto que pode sofrer retaliações por parte do agressor, caso descubra a denúncia.

“É importante enfatizar que a violência psicológica causa, por si só, graves problemas de natureza emocional e física. Independentemente de sua relação com a violência física, a violência psicológica deve ser identificada, em especial pelos profissionais que atuam nos serviços públicos, sejam estes de saúde, segurança ou educação. Não raro, são detectadas situações graves de saúde, fruto do sofrimento psicológico, dentre as quais se destacam: dores crônicas (costas, cabeça, pernas, braços etc.), síndrome do pânico, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares”. (SILVA, COELHO e CAPONI, 2007, p. 100).

Destaca-se que não é somente as violências psicológica e moral que causam danos psicológicos nas vítimas, mas também os demais tipos de violência. E conforme Facuri et al (2013) é difícil avaliar estes danos uma vez que surgem sequelas de longa duração, sendo necessário o acompanhamento e a assistência em saúde mental.

Ainda no que tange a violência psicológica e moral, ressalta-se que o *Bullying* está profundamente ligado ao surgimento de agressões físicas ou verbais, repetitivas e presentes no

cotidiano escolar. Sendo uma ramificação da violência que precisa ser analisada também do ponto de vista social (OLIVEIRA-MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013).

Embora a violência abarque múltiplos sentidos, compreendidos como o uso da força em ataque ou ameaças (BRASIL,2014), no sentido físico ela se origina das agressões corporais que resultam ou não em lesões aparentes, podendo causar impactos coletivos de grande extensão.

Recentemente o jornal El País apresentou, em noticiário, as principais tragédias por violência física em escolas brasileiras ocorridas nos últimos 20 anos, destacando-se os massacres ocorridos em Taiúva em 2003, São Caetano do Sul em 2011, Realengo em 2011, Janaúva em 2017, Goiânia em 2017 e Suzano em 2019. Algumas destas violências estavam relacionadas com vingança, sendo que os agressores tinham histórico de *Bullying* escolar. Os massacres provocados por armas de fogo e incêndio resultaram em dezenas de estudantes mortos (R7, 2019).

Importante dizer que a proporção de alcance desses impactos associados a evidência de dano físico aparente, favorece a frequência da notificação desses atos violentos de natureza física, porque vítimas e agressores inevitavelmente são expostos na sociedade.

Em contraponto, a violência sexual é considerada a de menor frequência, pela invisibilidade da denúncia, devido ao constrangimento da exposição e por muitas vezes acontecer no próprio relacionamento conjugal (BRASIL,2014).

Para Silva e Oliveira (2016) tanto a notificação do ato violento quanto a prevenção da própria violência sexual são demandas que se apresentam no ambiente educacional, o que indica que a escola e os profissionais devem propiciar espaços de discussão entre si e com seus educandos, objetivando estabelecer relações saudáveis, conscientização e ações de combate.

O primeiro estudo de abrangência nacional que investigou, epidemiologicamente, a violência sexual na escola, por meio das notificações oriundas dos sistemas de informações em saúde, foi realizado por Santos et al. (2018). Os dados analisados corresponderam ao período de 2010 a 2014 e demonstrou que o número de crianças e adolescentes expostos a este agravo tem sido gradativamente crescente, sendo mais comum no sexo feminino e a agressão mais cometida foi a do tipo estupro.

Os impactos da violência repercutem socialmente, o que leva a reflexão e o levantamento de alguns questionamentos: como evitar que situações de violência, de qualquer

tipo, ocorra no ambiente escolar? O que os poderes Judiciário e Legislativo, assim como os diversos profissionais da intersectorialidade (saúde, educação, entre outros) podem e devem fazer para combater este fenômeno?

Sem a intenção de responder a estes questionamentos, mas com o propósito de provocar reflexões, inquietar e instigar a sociedade ao combate da violência no contexto escolar, é possível ressaltar que, para que os dados considerados crescentes possam ser afetados a ponto de causar a sua regressão, todos precisam estar conscientes do seu papel e corresponsabilidade para o alcance da mudança.

“Considerando o princípio de coexistência pacífica e respeitosa, a escola – enquanto espaço de mudanças – em colaboração com os pais e mães e a sociedade – deve dar suporte e proteção a todos os estudantes, incluindo os que sofrem alguma violência e os que se envolvem em comportamentos violentos.” (UNICEF, 2019, p. 5)

Assim, a escolha do tema contemplado para este estudo resultou destas inquietações, por parte dos pesquisadores, decorrentes de notícias expostas pela mídia jornalística sobre diversos acontecimentos de episódios violentos acometidos nos espaços educacionais nacionais e internacionais.

Partindo do pressuposto que as informações relacionadas a caracterização dos atos violentos possibilitam evidências que contribuem no planejamento de estratégias para o enfrentamento deste problema no âmbito dos serviços da saúde (FACURI et al, 2013) da educação e da assistência social.

Logo, a relevância deste estudo está na contribuição que o mesmo oferecerá no âmbito da discussão científica sobre os aspectos da violência, preenchendo uma lacuna existente quanto a sua caracterização nos espaços de educação.

Diante do exposto, este estudo buscará responder a seguinte pergunta norteadora da pesquisa: Qual o perfil epidemiológico das violências física, psicomoral e sexual vivenciadas em espaços educacionais brasileiros?

Assim, este estudo teve como objetivo analisar os dados epidemiológicos acerca das violências física, psicomoral e sexual em escolas brasileiras.



## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa e de caráter transversal, realizado com dados secundários, fornecidos pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Secretária de Vigilância em Saúde (SVS), coletados no site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), acessando o endereço eletrônico: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>. O DATASUS reúne dados estatísticos relacionados à saúde e permite realizar associações entre eles.

A consulta às informações no DATASUS foi realizada em 01 de julho de 2019, a partir do programa de Informações de Saúde TABNET, com a seleção do item “Epidemiológicas e Morbidade”, permitindo acessar o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) e visualizar um grupo de opções, das quais foi escolhida a opção “Doenças e Agravos de Notificação - De 2007 em diante (SINAN)”, que apresentou uma lista de doenças e agravos, sendo selecionado o último item “Violência doméstica, sexual e/ou outras violências”, o que possibilitou acessar todo o banco de dados e selecionar os itens de interesse para os cruzamentos.

Dentre as seleções disponíveis, escolheu-se como seleção fixa as opções “Local de ocorrência (Escola)”, alternando com os três tipos de violência: “Violência Psicomoral”, “Violência Física” e “Violência Sexual”, sendo analisado o período de 2012 a 2016. Assim, foi realizado o cruzamento dos dados com estas seleções fixas e as opções “ano de notificação, sexo, raça, período escolar e região de notificação”, sendo desconsiderados, para análise os dados que continham informações como “ignorado e/ou branco e não se aplicam”.

Ressalta-se que para discussão e associações com a faixa etária, utilizou-se a seguinte classificação: crianças (idade até 9 anos), adolescentes (de 10 a 19 anos), jovens adultos (de 20 a 39 anos) adultos (40 a 59 anos) e idosos (acima de 60 anos). Quanto a escolaridade das vítimas de violência em espaços educacionais, para facilitar a visibilidade dos dados, optou-se em abranger quatro grupos conforme a classificação demonstrada por meio dos dados secundários: analfabetos, fundamental (da 1ª até 8ª série, incluindo ensino fundamental completo e incompleto), médio (completo e incompleto) e superior (completo e incompleto).

Os dados encontrados na plataforma foram exportados para o programa Microsoft Excel® 2016, tabulados, analisados por frequência simples e discutidos com o subsídio da literatura pertinente.

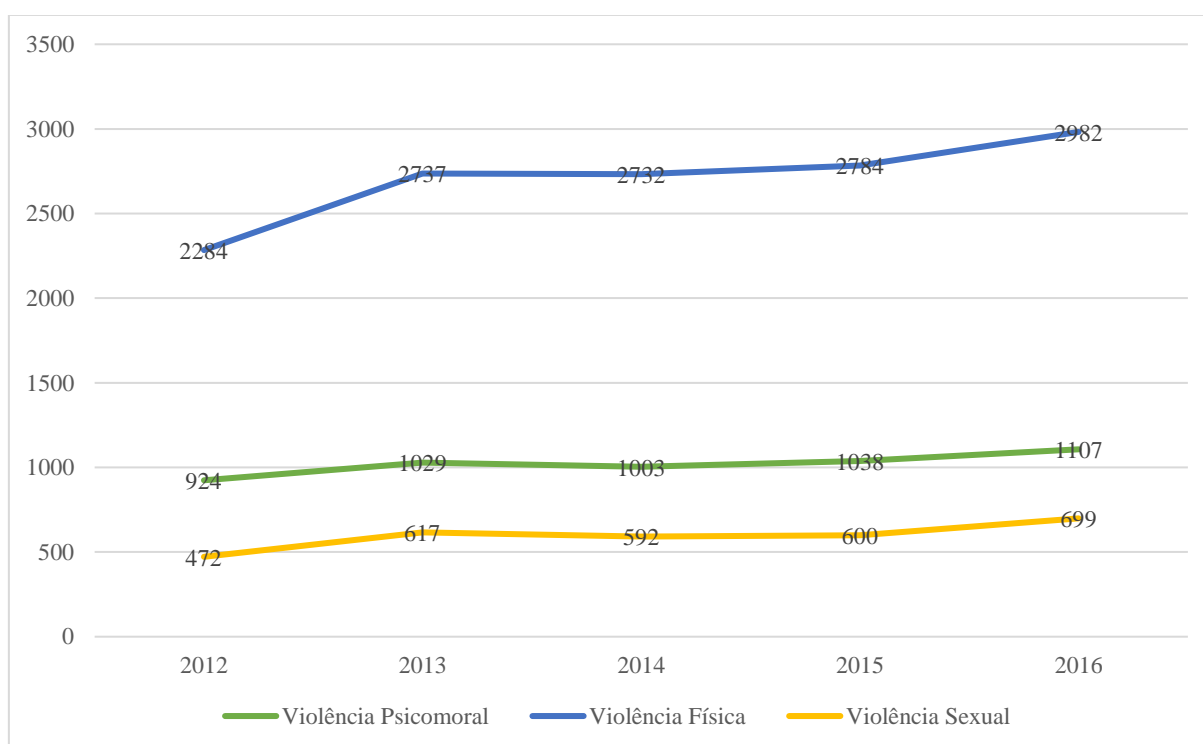
Não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois os dados adquiridos estão disponíveis na internet, sendo, portanto, de livre consulta/acesso, disponibilizados pelo MS e de domínio público, preservando o sigilo dos seres humanos envolvidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados no Gráfico 1 e na Tabela 1 exibem que entre o período de 2012 a 2016 ocorreram 21.600 casos de violência notificados no Brasil em espaços educacionais. Esta trajetória se manteve ascendente com o maior índice no último ano analisado (2017).

Este crescimento é compatível com os resultados encontrados por Santos et al., (2018), pois constataram que, com a evolução dos anos, a violência se torna mais presente nos espaços destinados ao ensino.

**Gráfico 1 - Violência escolar por tipo e por ano, Brasil, 2012-2016.**



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Considerando o gráfico que apresenta linhas ascendentes, demonstra-se a necessidade de (re) pensar e (re) discutir a efetividade das políticas públicas voltadas ao controle ou combate dos tipos de violência analisados. Salienta-se que o problema aqui comprovado e discutido pode estar diretamente ligado à educação, porém outros

órgãos/instâncias públicas de saúde/assistência social são co-responsáveis por planejar, implementar e implantar ações que impactem em mudança e que reflitam no real declínio de casos de violência escolar.

De acordo com as notas estatísticas publicadas pelo INEP/MEC, por meio do senso escolar de 2016, haviam mais de 40 milhões de alunos matriculados desde a creche até o ensino médio e mais de 2,5 milhões de professores que atuavam na educação em creches, educação básica, fundamental e ensino médio, o que resulta em mais de 6 milhões de pessoas presentes neste contexto (BRASIL, 2017). Com estes dados, é possível inferir que aproximadamente 4.788 pessoas foram vítimas de algum ato violento no último ano analisado (2016).

Enfatiza-se que, na prática, os dados demonstrados na Tabela 1 são percebidos e vivenciados cotidianamente por alunos e professores assim como explicitado no estudo de Giordani, Seffner e Dell'Aglio (2017), o qual exibe a compreensão da violência escolar sob a ótica de alunos e professores, sendo percebidas não somente as agressões físicas, mas também as psicológicas com a associação às agressões verbais.

**Tabela 1 - Violência escolar por tipo e região, Brasil, 2012-20116.**

Região	Violência Psicomoral	Violência Física	Violência Sexual	Total
Região Norte	386	618	385	1389
Região Nordeste	463	1166	309	1938
Região Sudeste	2664	8112	1366	12142
Região Sul	1247	2723	637	4607
Região Centro Oeste	341	900	283	1524
<b>Total</b>	<b>5101</b>	<b>13519</b>	<b>2980</b>	<b>21600</b>

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

É possível evidenciar que o comportamento dos atos violentos, vistos sob o aspecto de sua natureza, manteve-se constante em relação aos índices de ocorrência considerando o espaço territorial, subdividido nas cinco regiões do Brasil, sendo que em todas as regiões houve predomínio da violência física em detrimento das demais.

Estudo realizado com dados epidemiológicos de uma parte deste mesmo período em uma cidade do sudeste, corrobora com esta evidência, pois demonstra maior ocorrência da violência física, seguida da psicomoral e, por fim, a sexual (PIOVEZAN et al., 2018).



Destaca-se que, outro estudo mais recente, apresentou contradição aos resultados encontrados no presente estudo e na pesquisa de Piovezan et al., (2018), comprovando que a agressão mais sofrida na comunidade escolar foi a do tipo verbal (BESERRA et al, 2019). Porém, não se pode generalizar esta informação, uma vez que os participantes deste estudo foram provenientes de uma cidade do Nordeste.

“Observa-se que a violência tem se agravado tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, ou seja, as vítimas têm sofrido agressões - e aqui se faz referência, inicialmente, às agressões físicas - cada vez mais severas, que ocasionam a morte ou graves sequelas, impossibilitando as vítimas para o trabalho e complicando, ainda mais, a sua já difícil situação” (SILVA, COELHO e CAPONI, 2007, p.94).

Embora muitas pessoas nem sequer conheçam as expressões da violência psicológica (SOUZA E CASSAB, 2010, p. 41) ela está presente em todas as regiões do país, sendo mais prevalente do que a violência sexual.

Em relação a comparação entre as regiões brasileiras, na Tabela 1, a região Sudeste apresentou maiores índices de notificações em todos os tipos de violência abordados neste estudo, equivalente a 56,2% de todas as notificações do país, corroborando com o estudo de Malta et al. (2010) que apontou as capitais desta região entre as 15 capitais mais prevalentes de envolvimento de estudantes com agressões físicas no ambiente escolar no ano de 2009.

É interessante mencionar que nos dados disponíveis pelo censo de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região sudeste deteve cerca de 40% da quantidade de matrículas escolares (incluindo o ensino infantil, fundamental e médio) nacionais. Considerando que existem mais pessoas envolvidas no contexto de aprendizado nesta região, é possível inferir que isso pode estar relacionado com uma maior quantidade de exposição a eventos violentos no contexto escolar, partindo do entendimento da relação diretamente proporcional entre a quantidade de pessoas e ao risco de conflitos.

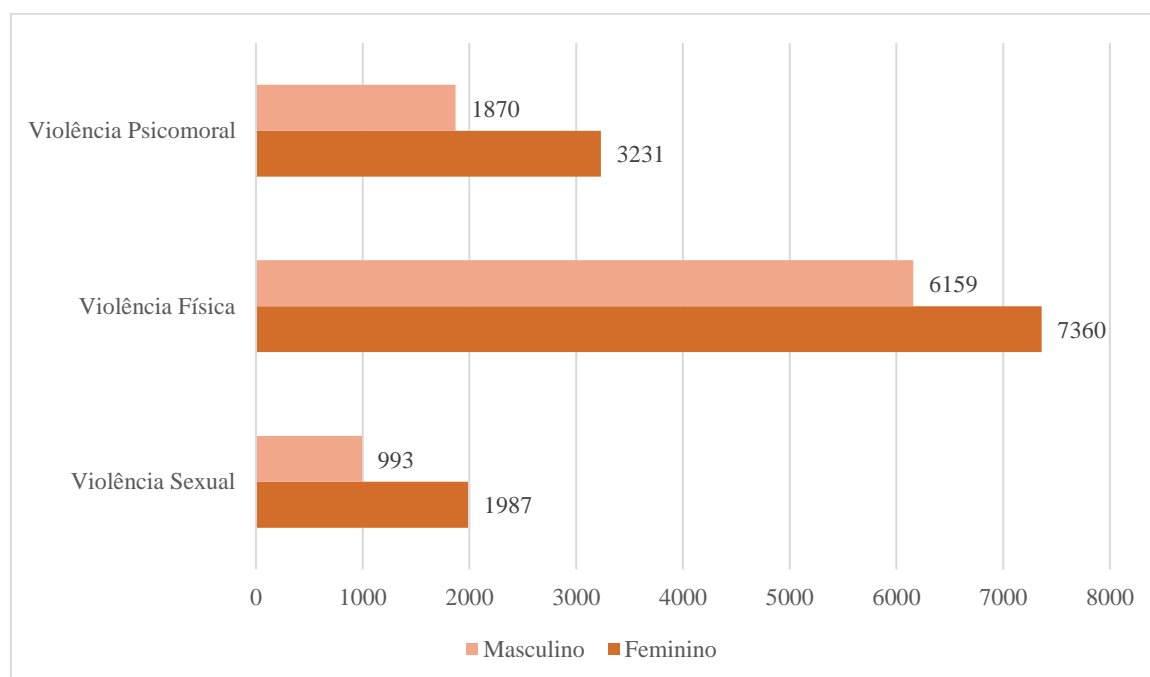
“Existem estudos que consideram a violência escolar, analisando-a a partir de questões geográficas, como é o caso de situações semelhantes às vivenciadas hoje, como escolas próximas de favelas com o predomínio do tráfico de drogas e do crime organizado” (PRIOTTO e BONETI, p.163). Neste sentido, para Anjos-Junior, Lombardi-Filho e Amaral (2018) a violência associada a criminalidade na região sudeste está ligada a fatores socioeconômicos como densidade populacional, taxa de desemprego, proporção de jovens e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

Embora a violência esteja presente em todo território brasileiro, é preciso considerar e investigar de forma mais profunda as particularidades envolvidas em cada região, uma vez que para Silva e Assis (2018,p.10-11), “os programas de prevenção à violência escolar precisam, estar contextualizados com a realidade local escolar, na medida em que a violência deve ser compreendida a partir do contexto social e cultural que a atravessa”.

Nota-se que para efetivação de ações mais específicas voltadas para determinados territórios, deve-se considerar algumas especificações que podem divergir de um contexto regional mais amplo, necessitando direcionar mais para o contexto local.

Em relação a caracterização da violência, baseada nos aspectos das vítimas, inicialmente é possível discutir,por meio do Gráfico 2, que o público feminino no ambiente escolar tem se exposto mais que o masculino nos três tipos de violência analisados.

**Gráfico 2 - Violência escolar por tipo e sexo, Brasil, 2012-2016.**



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

No contexto geral, independente de ser no espaço escolar, as mulheres também tem predominado como vítimas da violência assim como aponta o estudo de Piovezan et al (2018). Mesmo sendo mais prevalente a violência do tipo física, é na violência sexual que se encontra a maior disparidade em relação a ocorrência destes eventos relacionados ao sexo das pessoas violentadas, existindo uma diferença de aproximadamente 50% a mais em mulheres do que em homens. E “embora as vítimas de violência sexual sejam, em sua maioria,

meninas, é importante ressaltar que os meninos também sofrem desse tipo de ocorrência” (UNICEF, 2019, p.10).

Em contrapartida, outro estudo de abrangência nacional, realizado em período anterior ao discutido neste estudo, afirmou que o sexo masculino apresentou maior índice de vitimização por violência em estudantes do 9º ano do ensino fundamental (MALTA et al, 2010).

Não se pode ainda considerar que no decorrer dos anos houve mudança em relação ao alvo dessas agressões passando do sexo masculino para o feminino, pois um estudo recente realizado especificamente em escolas de uma capital do nordeste brasileiro também evidenciou associação significativa com a violência sofrida e o sexo masculino em adolescentes (BESERRA et al., 2019).

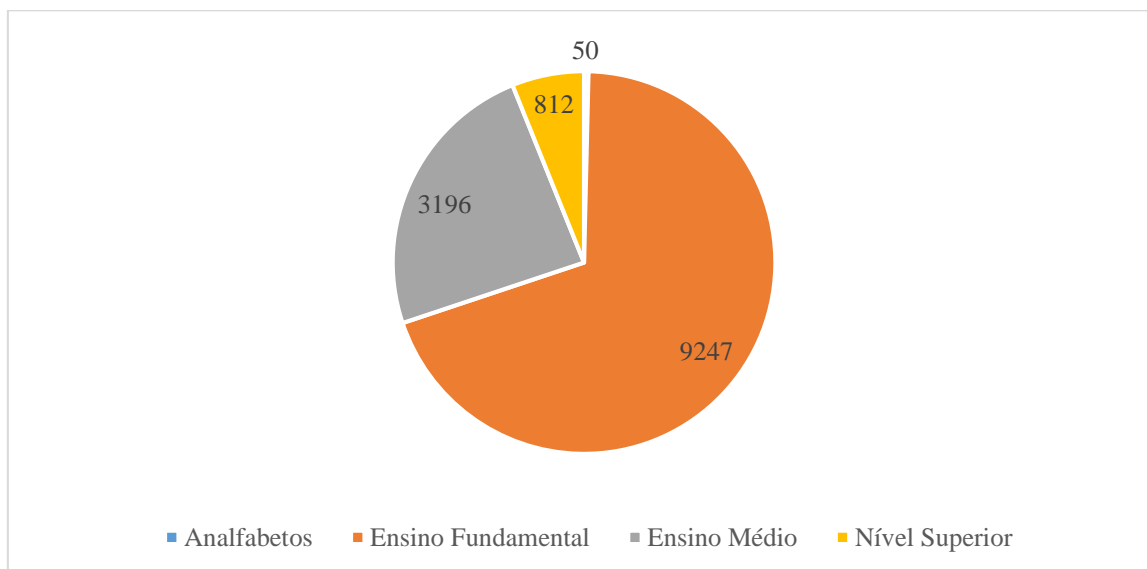
Nesta comparação, a divergência desses dados pode ser justificada pela diferenciação na forma de coleta dessas informações. Observa-se que assim como o presente estudo e o de Peovezan et al. (2018), que utilizaram dados secundários oriundos das notificações, houve predominância de vítimas do sexo feminino, enquanto o sexo masculino se apresenta como mais prevalente no estudo de Malta et al. (2010), realizado com outros tipos de dados, na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), e os dados primários obtidos na pesquisa Beserra et al. (2019).

Isto sugere, também, que ainda existe no Brasil subnotificações de atos violentos. Além disso, outra dificuldade encontrada na análise dos dados, foi a ausência do preenchimento de algumas informações que resultaram em não caracterização de forma efetiva, sendo classificadas como ignoradas e/ou em branco.

Adiante, quando investigado a escolaridade das vítimas, observou-se que novamente os três tipos de violência analisados convergem para uma mesma predominância de caracterização da vítima, neste caso o nível escolar de ensino fundamental (Gráfico 3).

Por esta razão os dados foram apresentados considerando o resultado dos somatórios de todos os 3 tipos de violência escolhidos para discussão e desconsiderados os quantitativos referentes às respostas ignorado/em branco e não se aplica.

**Gráfico 3 - Violência escolar do tipo psicomoral, física e sexual, por escolaridade, Brasil, 2012-2016.**



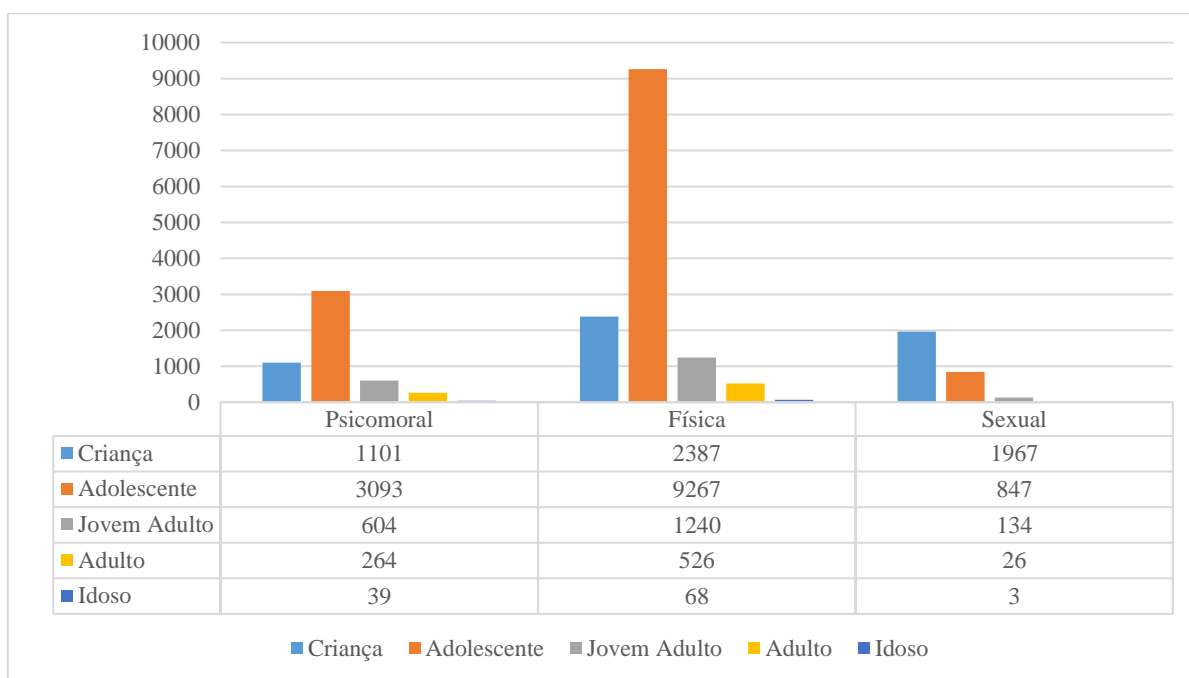
Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Logo, este resultado foi semelhante ao estudo de Beserra et al. (2019) e outro estudo de Facuri et al. (2013), realizados de maneira mais generalizada sem levar em consideração a especificidade do espaço escolar, apontaram este mesmo nível de escolaridade como o mais predominante em vítimas de violência.

Conforme dados fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira (INEP), foi apontado que com relação a taxa de aprovação do ensino fundamental entre os anos de 2013 e 2017, o ano que obteve o menor índice foi o de 2016, o que pode ter uma associação com os dados representados no Gráfico 3, pois evidencia que neste mesmo período escolarhouve o maior índice de notificações de casos de violência, permitindo compreender que este fenômeno pode ter uma influência negativa no processo de ensino-aprendizagem no ensino fundamental, aumentando a taxa de reprovação.

Quanto a associação da violência escolar e a faixa etária, o Gráfico 4 demonstra que a vitimização é mais comum em adolescentes, prevalecendo os tipos de violência física e psicomoral respectivamente, diferente da sexual que é mais predominante em crianças. Salienta-se que foram desconsiderados os quantitativos referentes às respostas ignorado/em branco e não se aplica.

**Gráfico 4 - Violência escolar do tipo psicomoral, física e sexual, por faixa etária, Brasil, 2012-2016.**



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Os resultados apresentados divergem dos dados nacionais do Boletim Epidemiológico correspondente ao período de 2011 a 2017 que exhibe violência sexual infantojuvenil com maior proporção de ocorrência em adolescentes (BRASIL,2018). Esta contradição pode ser explicada devido ao período de tempo de análise ter sido menor nesta pesquisa (2012 à 2016). Outro estudo também mostra contradição em relação a este dado apresentando a faixa etária acima de 19 anos com maior frequência de vitimização por violência sexual (FACURI et al, 2013).

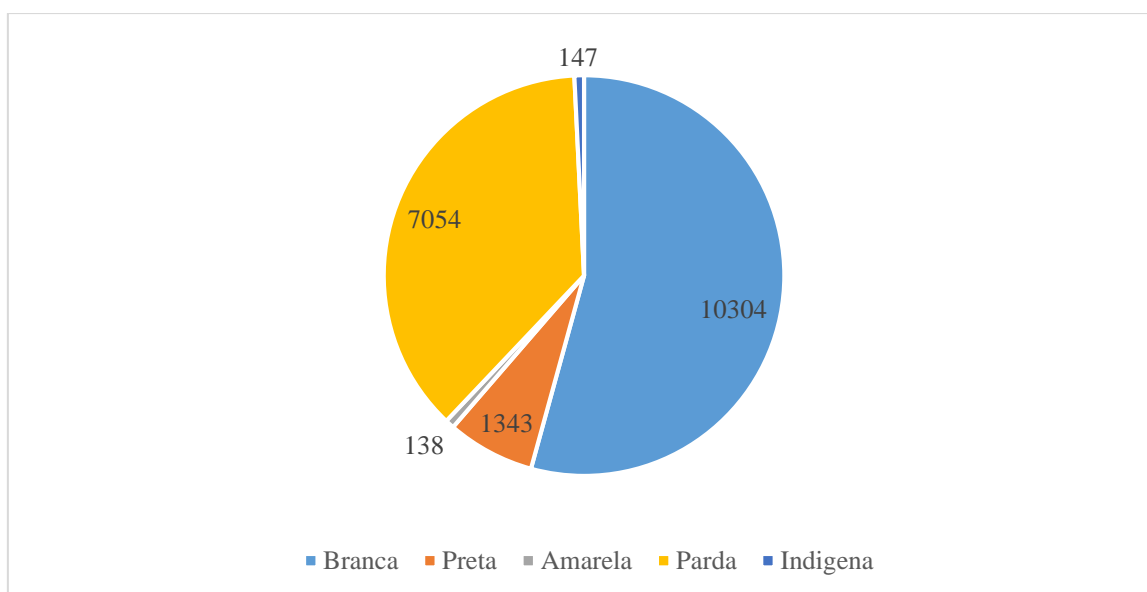
Vale ressaltar que diante da exposição a violência há o comprometimento do desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes causando danos também no bem-estar das famílias e das comunidades (BRASIL,2018). Neste sentido,o desenvolvimento e a segurança infanto-juvenil é garantida mediante Legislação nacional através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado através da Lei 8.069 de 1990 que estabelece em seu artigo 3º que:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990).

Assim, no contexto brasileiro, mesmo diante do acabouço jurídico que confere proteção infantojuvenil, ainda é possível considerar que a criança e o adolescente estão vulneráveis a vitimização por atos violentos. Para Ortegal (2016) o componente racial também favorece a vulnerabilidade na incidência da criminalização, principalmente na população negra.

Entretanto, a análise da caracterização das vítimas de violência no ambiente escolar em relação a raça evidenciou a predominância na seguinte ordem de principal ocorrência: branca, parda e preta. Tal resultado pode ser demonstrado no Gráfico 5 de forma generalizada e englobando o somatório dos três tipos de violência, sendo desconsiderados valores relacionados às respostas ignorado/em branco e não se aplica.

**Gráfico 5 - Violência escolar do tipo psicomoral, física e sexual, por faixa raça, Brasil, 2012-2016.**



Fonte: Sinan Net / Ministério da Saúde / SVS, 2019.

Os resultados demonstram semelhanças com os de um estudo realizado em São Paulo, o qual evidenciou maior prevalência de vitimização por violência sexual no público feminino da raça branca (Facuri et al., 2013). Porém, mostrou-se diferentes dados apresentados no Boletim Epidemiológico de âmbito nacional, referente ao período de 2011 à 2017, o qual expõe que a violência sexual contra crianças e adolescentes está mais presente na cor negra (BRASIL, 2018).

Esta contadição pode ser justificada pelo fato de que o estudo de Facuri et al. (2013) investigou unicamente a violência sexual especificamente no público feminino atendido em



um determinado hospital do Estado de São Paulo. Já o Boletim Epidemiológico contemplou apenas a violência sexual no público inquantojuvenil de ambos os sexos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender que estudar a violência escolar é instigar a reflexão crítica, debater e procurar alternativas que visem a redução dos atos violentos, principalmente com a implementação de ações que levem a conscientização e humanização para com o outro. Tais ações podem impactar positivamente em um fenômeno global que percorre diferentes épocas e contextos sociais, incluindo o espaço escolar.

Diante disso, traçar o perfil epidemiológico dos três tipos de violência abordados neste estudo, possibilitou trazer, do cenário educacional, as características dos atos violentos vivenciados cotidianamente por estudantes, professores e vários profissionais que atuam neste ambiente.

No geral, evidenciou-se que as três formas de violência (psicomoral, física e sexual) foram notificadas tendo como local de ocorrência o ambiente escolar. Em todas, observou-se uma tendência ascendente no decorrer dos anos estudados, presentes em todo o país com predomínio para a violência física, sobressaindo-se a região sudeste, com evidência para o sexo feminino, na raça branca, sendo mais frequente em crianças e adolescentes que cursam o ensino fundamental.

Tais evidências contribuem para apontar que no espaço educacional há um público específico que precisa ser o alvo de políticas públicas que invistam em ações que assegurem o bem-estar físico e emocional destes atores, envolvidos direta ou indiretamente com o processo de ensino-aprendizagem.

Uma das fragilidades encontradas na produção deste estudo foi à questão dos possíveis dados de atos violentos subnotificados no ambiente escolar e que podem mascarar ainda mais a ocorrência da violência, dificultando assim pensar em medidas efetivas de combate.

Vale ressaltar que o enfrentamento da violência não se faz apenas nas escolas, mas em toda a sociedade, constituindo uma responsabilidade compartilhada entre todos os sujeitos que vivenciam a experiência de estar inserido no contexto escolar e também da família, da comunidade e de todas as instâncias responsáveis pela organização social.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, C.D.; ASSIS, S.G. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 843-854, maio 2011.

ANJOS-JUNIOR, O.R.; LOMBARDI-FILHO, S. C.; AMARAL, P. V. M. Determinantes da criminalidade na região sudeste do Brasil: uma aplicação de painel espacial. **Econ. soc. territ**, Toluca , v. 18, n. 57, p. 525-556, ago. 2018 . Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S140584212018000200525&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S140584212018000200525&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BECKER, K. L.; KASSOUF, A.L. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova Economia**. v. 26, n.2, p.653-677. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v26n2/1980-5381-neco-26-02-00653.pdf>>. Acesso em: 22 de ago.2019.

BESERRA, M.A., et al. Prevalência de violência na escola e uso de álcool e outras drogas entre adolescentes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v.27, n.3110, p. 1-13, 2019. Disponível em: <[http://www.revenf.bvs.br/pdf/rlae/v27/pt\\_0104-1169-rlae-27-e3110.pdf](http://www.revenf.bvs.br/pdf/rlae/v27/pt_0104-1169-rlae-27-e3110.pdf)>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. v.49, p.1-17, jun. 2018. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do censo escolar, 06 de fevereiro de 2019. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-ensino-fundamental-brasileiro-tem-quase-duas-escolas-de-anos-iniciais-para-cada-escola-de-anos-finais/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-ensino-fundamental-brasileiro-tem-quase-duas-escolas-de-anos-iniciais-para-cada-escola-de-anos-finais/21206)> Acesso em: 24 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do censo escolar, 2016. Disponível em:<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)>. Acesso em 24 de agosto de 2019.

BRASIL. Violência: definições e tipologias [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; organizadores, Elza Berger Salema Coelho, Anne Carolina Luz Grüdtner

Silva, Sheila Rubia Lindner. — Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 32 p. Disponível em: <[https://ares.unasus.gov.br/handle/ARES/Definicoes\\_Tipologias](https://ares.unasus.gov.br/handle/ARES/Definicoes_Tipologias)>. Acesso em: 24 de agosto de 2019.

DAHLBERG, L.L; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.11(Sup), p.1163-1178, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

GIORDANI, J.P.; SEFFNER, F.; DELL'AGLIO, D.D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v.21, n.1, p. 103-111. Janeiro/Abril de 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n1/2175-3539-pee-21-01-00103.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

FACURI, C.O. et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.29, n.5, p.889-898. Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n5/08.pdf>>. Acesso em: 23 de ago. 2019.

IBGE. Censo escolar 2016, Matrículas do Ensino básico por Estado. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/pesquisa/13/5908?ano=2016>> Acesso em 25 de agosto de 2019.

MALTA, D.C. et al. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciência & Saúde Coletiva*, v.15, n.2. p:3053-3063, 2010. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csc/2010.v15suppl2/3053-3063>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

NOVAES, L. M. R.; LIMA, R. Violência física e psicológica nas escolas: breve estudo sobre as possibilidades de prevenção e enfrentamento. *Cadernos PDE versão on line*. Secretária de Educação do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_gestao\\_uem\\_luizmarceloribeirodenovaes.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_uem_luizmarceloribeirodenovaes.pdf)> Acesso em: 24 de agosto de 2019.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 203-215, ago. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151636872013000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872013000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: em 24 ago. 2019.

OMS. World Report. v.29, p.1-674, 2019. Disponível em: [https://www.hrw.org/sites/default/files/world\\_report\\_download/hrw\\_world\\_report\\_2019.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf). Acesso em 24 de agosto de 2019.

ORTOGAL, L. Raça, Criminologia e Sociologia da Violência: Contribuições a um Debate Necessário. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 527-542, 2016.

PIMENTEL, Adelma do Socorro. Pesquisa qualitativa da violência psicológica: um instrumento de análise da linguagem. *Contextos Clínic*, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p. 15-24, jun. 2013. Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198334822013000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198334822013000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 17 ago. 2019.

PIOVEZAN, L.N.C. et al. Análise das fichas de notificação de violência emitidas por serviços de saúde da região de Barbacena. Rev Med Minas Gerais v.28, n.5, es280502, 2018. Disponível em: <<http://rmmg.org/artigo/detalhes/2430>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

PRIOTTO, E.P.; BONETI, L.W. VIOLÊNCIA ESCOLAR: na escola, da escola e contra a escola. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189115658012.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

SILVA, A. S; OLIVEIRA, M. A escola que educa, previne e protege: violência sexual contra crianças e adolescentes em debate. Cadernos PDE, versão on line. Secretária de Educação, do Estado do Paraná. 2016. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_ped\\_unespar-paranavai\\_alessandradesouzasilva.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unespar-paranavai_alessandradesouzasilva.pdf)> Acesso em 24 de agosto de 2019.

SILVA, L.L.; COELHO, E.B.S.; CAPONI, S.N.C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, Abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832007000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832007000100009&lng=en&nrm=iso)>.

SILVA, F.R.; ASSIS, S.G. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e157305, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-S1517-9702201703157305.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

SOUZA, H.L.; CASSAB, L.A. Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. 2010, p. 38-46. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

UNICEF. A Educação que protege contra a violência. v.1, p. 1-55, 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educa%C3%A7%C3%A3o%20que%20protege%20contra%20a%20viol%C3%Aancia.pdf>> . Acesso em 25 de agosto de 2019.